

Florisbal De Souza Del Olmo Colegioregistrals

Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito, PPGDir./UFRGS. Direito internacional privado Revista del Centro de Investigaciones de Filosofía Jurídica y Filosofía Social DIREITO DA INTEGRAÇÃO, DIREITO COMUNITARIO, Anuario mexicano de derecho internacional LA GLOBALIZACIÓN DEL DERECHO CONTRACTUAL Mercosul e a livre circulação de pessoas Responsabilidade social nas relações laborais O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil Coleção Carreiras Específicas - OAB - 1ª fase - Questões comentadas Lei de introdução ao Código civil brasileiro Cidadania e nacionalidade Almanaque de oficiais A EXTRADIÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte Towards a Truly Common Law Prax Direito de família contemporâneo e os novos direitos Revista forense Anuário CIDADANIA E DEREITOS HUMANOS Lei de Migração: novo marco jurídico relativo ao fluxo transnacional de pessoas La cohesión social en Iberoamérica Revista brasileira de direito comparado Zulässigkeit und Bindungswirkung gemeinschaftlicher Testamente im Internationalen Privatrecht A extradição no alvorecer do século XXI O dano moral pela violação ao direito à privacidade Reflexões sobre os 60 anos da ONU Curso de direito internacional público Mercosul, ALCA e integração euro-latino-americana Direitos Humanos & Direito Internacional Globalization of contractual law Curso de direito internacional contemporâneo e os novos direitos Adoção à brasileira Curso de direito internacional privado Multiculturalidade e cidadania Almanaque de oficiais Revista de informação legislativa Derecho y seguridad internacional Proceso

Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito, PPGDir./UFRGS.

Direito internacional privado

Revista del Centro de Investigaciones de Filosofía Jurídica y Filosofía Social

Esta coletânea, repleta das mais variadas visões de temas jurídicos afins ao Direito do Trabalho, os autores têm a pretensão de alcançar um universo diferenciado de leitores, buscando atender às expectativas de pesquisadores, profissionais e estudiosos que tenham interesse pela responsabilidade social cada vez mais presente na sociedade contemporânea.

DIREITO DA INTEGRAÇÃO, DIREITO COMUNITARIO,

Anuario mexicano de derecho internacional

A obra Extradicação no Direito Brasileiro fala sobre os mais importantes processos da área, no Supremo Tribunal Federal; Caso Abadia, Caso Battisti, Caso Biggs, Caso

Cacciola, Caso Comendador, Caso Cubanos, Caso Gloria Trevi, Caso Helinho, Caso Jorgina, Caso Medina, Caso Noam Hen, Caso Norambuena, Caso Olga, Caso Rana, Caso Stangl, Caso Zacarach.

LA GLOBALIZACIÓN DEL DERECHO CONTRACTUAL

Em uma segunda parte são analisados os novos desafios à extradição, não só os crimes internacionais mais comuns na sociedade contemporânea, mas também as bases filosóficas deste processo de crescente criminalização internacional, da fraqueza dos governos à agressão generalizada dos direitos humanos, concluindo pela necessidade de adaptação do direito penal tradicional, interno e internacional. Na terceira e última parte de sua obra, Del'Olmo apresenta e sugere algumas das novas respostas aos desafios da extradição hoje, como o reforçar da cooperação entre Estados, especialmente depois do Caso Pinochet, a multilateralidade do Tribunal Penal Internacional e analisando em detalhes o instituto da entrega.

Mercosul e a livre circulação de pessoas

Responsabilidade social nas relações laborais

O princípio da proteção integral e o trabalho da criança e do adolescente no Brasil

Mireille Delmas-Marty demonstrates an urgent need to reconstruct the national and international legal landscapes.

Coleção Carreiras Específicas - OAB - 1ª fase - Questões comentadas

Analisa os processos de integração em suas dimensões jurídica, política, econômica e social, principalmente o Direito e suas transformações.

Lei de introdução ao Código civil brasileiro

O presente trabalho é o resultado da pesquisa relacionada com o dano moral por violação à privacidade nos países integrantes do mercado Comum do Sul (Mercosul). De um modo geral tem-se percebido, nos últimos tempos, uma constante e crescente conscientização dos direitos por parte das pessoas. Acrescente-se a isso as novas perspectivas do tema direitos humanos a partir da Declaração Universal de 1948 e sob o patrocínio da Organização das Nações Unidas. Tampouco pode ser esquecido o vertiginoso caminho tomado pelas ciências no último século, quando novos mecanismos e equipamentos tecnológicos sofisticados foram disponibilizados com extrema facilidade, levando o conceito de vida privada a uma dimensão até então nunca imaginada.

Cidadania e nacionalidade

Esta obra é fruto de estudos e reflexões de mais de trinta juristas do Brasil e de seis outros países europeus e sul-americanos, apresenta uma visão do Direito Internacional - seja o Direito Internacional Público, o Direito Internacional Privado, o Direito da Integração, o Direito Comunitário ou outros ramos correlatos - ao estudioso das ciências jurídicas em geral.

Almanaque de oficiais

Apresenta a legislação básica de Direito Internacional Privado no ordenamento jurídico brasileiro, qual seja a Lei de Introdução ao Código Civil, o Estatuto do Estrangeiro e o Código Bustamante, além de normas relacionadas à matéria e ao tratamento dispensado ao estrangeiro nos códigos nacionais e em leis esparsas. Traz ementas de tribunais brasileiros, e algumas estrangeiras.

A EXTRADIÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Analiza la libre circulación de personas en los países de America Latina en Mercosur.

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Este estudio adopta la tesis de que es posible que las costumbres sean fuentes de las obligaciones contractuales. Por lo tanto, trató de demostrar esta premisa a través de una investigación jurisprudencial (arbitraje y judicial) y por el método comparativo. Se concluyó que, dada la internacionalización del Derecho contractual, las fuentes costumeras internacionales deben ser objeto de tratamiento doméstico, ya que proporcionan una obligación contractual y no solamente la interpretación del negocio jurídico. No se puede, sin embargo, descuidar la necesidad de controlar su contenido. En términos detallados, entonces podemos decir que el papel reservado a la costumbre como fuente de las normas del Derecho contractual siempre ha sido residual en la legislación brasileña. Siguiendo la experiencia europea moderna, la doctrina y la legislación brasileña reservan a la costumbre un papel secundario, cuando no meramente interpretativo. La jurisprudencia brasileña, a su vez en algunos casos da un tratamiento general para la figura. Por otra parte, el proceso de reducción de distancias y de aproximación cultural, como normalmente se define la globalización económica y social, influencia los contratos a través de la incorporación de una serie de soluciones consagradas por la práctica del comercio internacional. A pesar de que podría estar justificada por el principio secular de la libertad, de alguna manera estos "usos" internacionales se insinúan en Brasil hasta el punto de exigir que los propios tribunales les den el tratamiento y el reconocimiento. Por un lado, así que si uno niega la existencia de la función normativa de la costumbre contractual por otro, aunque sea indirecta, es reconocida no sólo su existencia sino la posibilidad de que su origen es extranjera. Este tratamiento paradójico refleja, en cierta medida, otra consecuencia: la ley brasileña de contratos está en el proceso de internacionalización. Aquí, entonces, que un nuevo enfrentamiento que se anuncia: una amplia libertad creativa (un afluente de la llamada *lex mercatoria*) y la orden pública. Diferentemente de antes, sin embargo, una respuesta simplista no sería factible en particular debido a la

complejidad de las actuales características contractuales y reglamentarias de la ley brasileña de contratos.

Towards a Truly Common Law

IPrax

Destina-se a obra, precipuamente, a oferecer melhor compreensão da LICC ao estudioso do Direito dos Conflitos Interespaciais, sem pretensão de esgotar o tema, mas enfatizando a importância da consulta a manuais mais abrangentes. É uma contribuição que seus autores, especialistas nesta área das ciências jurídicas, se dispõem a oferecer a seus alunos dos cursos de graduação.

Direito de família contemporâneo e os novos direitos

Esta obra conta com artigos que, com suas especificidades, avançam em direção à cultura jurídica contemporânea. A superação do modelo tradicional positivista, de tradição nacionalista, norteia os trabalhos da obra, que investem na ideia de cidadania e dos direitos humanos para a compreensão de suas dimensões, propondo suplantar a inércia, a omissão e a paralisação, própria da tradição positivista, redutora dos fins emancipatórios dos direitos. A obra se divide em três partes - a primeira delas trazendo investigações sobre direito fundamental e direito internacional privado. A segunda parte se ocupa com o direito da cidadania e o direito ambiental, nacional e internacional. Por fim, a terceira parte da obra traz investigações relacionando direito, garantia e compreensão da dignidade humana.

Revista forense

Anuário

CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS

Esta edição aborda, entre outros temas, as qualificações, os elementos de conexão, a aplicação do direito estrangeiro, a homologação de sentença estrangeira, a nacionalidade, a condição jurídica do estrangeiro, as pessoas, a família, a adoção internacional, as sucessões, as obrigações, o consumidor, a concorrência, a propriedade intelectual, as relações jurídicas no trabalho e a competência. Sumário - Capítulo 1 - Esboço Histórico do Direito Internacional Privado; Capítulo 2 - Denominação e Método de Direito Internacional Privado e a Disciplina no Brasil; Capítulo 3 - Noções Fundamentais e Objeto do Direito Internacional Privado; Capítulo 4 - Fontes do Direito Internacional Privado; Capítulo 5 - Teoria das Qualificações; Capítulo 6 - Elementos de Conexão; Capítulo 7 - Aplicação do Direito Estrangeiro; Capítulo 8 - Homologação de Sentença Estrangeira; Capítulo 9 - Nacionalidade; Capítulo 10 - Condição Jurídica do Estrangeiro; Capítulo 11 - Pessoas no Direito Internacional Privado; Capítulo 12 -

Direito de Família e Direito Internacional Privado; Capítulo 13 - Adoção Internacional; Capítulo 14 - Direito das Sucessões e Direito Internacional Privado; Capítulo 15 - Direito das Obrigações e Direito Internacional Privado; Capítulo XVI - Direito do Consumidor e Direito Internacional Privado; Capítulo 17 - Direito Empresarial e Direito Internacional Privado; Capítulo 18 - Direito da Concorrência e Direito Internacional Privado; Capítulo 19 - Direito das Coisas e Direito Internacional Privado; Capítulo 20 - Propriedade Intelectual e Direito Internacional Privado; Capítulo 21 - Direito do Trabalho e Direito Internacional Privado; Capítulo 22 - Competência Internacional; Capítulo 23 - União Europeia; Capítulo 24 - Mercosul.

Lei de Migração: novo marco jurídico relativo ao fluxo transnacional de pessoas

La cohesión social en Iberoamérica

Este livro aborda os temas - Os Direitos Humanos - Breves reflexões; Subjetividade jurídico-internacional do homem; O direito internacional dos Direitos Humanos; Dignidade da pessoa humana - uma discussão à luz do Direito Constitucional e do Direito Internacional dos Direitos Humanos; A fundamentação das decisões judiciais na Convenção Europeia de Direitos Humanos; Os Direitos Humanos e o Mercosul - Uma agenda (urgente) para além do mercado; A ingerência humanitária e a guerra justa; A Comissão Internacional Sobre Intervenção e Soberania Estatal (International Commission on Intervention and State Sovereignty - ICISS) - A responsabilidade de proteger e o princípio da não-intervenção no sistema interamericano; Migración, Derechos Humanos vs. Derechos de los estados condena de la Corte Interamericana de los Derechos Humanos a la Republica Dominicana por el Caso de las Niñas Haitianas Yean y Bosico; El reconocimiento del Derecho a un medio ambiente adecuado a través de la jurisprudencia del Tribunal Europeo de Derechos Humanos; Derecho internacional de los Derechos Humanos; Corte Criminal Internacional - Novas Realidades na Tutela Internacional aos Direitos Humanos; A pretendida universalização dos Direitos Humanos Vs. Realidade Cultural - O caso indiano; Os Direitos Humanos como paradigma regulador do patenteamento de genes.

Revista brasileira de direito comparado

2.ª edição (2018)

Zulässigkeit und Bindungswirkung gemeinschaftlicher Testamente im Internationalen Privatrecht

Reflete sobre o papel desempenhado pela ONU no contexto das relações internacionais e da busca de coexistência pacífica entre as nações. Aborda aspectos diversos da organização, tratando de alguns organismos especializados e analisando a atuação da ONU em diferentes problemas e conflitos.

A extradição no alvorecer do século XXI

Esta obra se revela singularmente interessante não só por abordar, com excelência, o Direito Internacional Público, seara jurídica que ascende em complexidade e em importância no cenário contemporâneo, mas também - e sobretudo - por apresentar conceitos inovadores e incluir suportes fáticos que ilustram, eficazmente, o aspecto teórico que os antecede. Essencialmente didática, a obra traz uma composição sucinta no término de cada capítulo, com intuito de reforçar as considerações expostas, além de apresentar interpelações ao leitor, com a pretensão de inculcar a percepção crítica e fomentar o debate entre aqueles que se dedicam à árdua, porém prazerosa, tarefa de interpretar e constituir o Direito Internacional Público.

O dano moral pela violação ao direito à privacidade

Neste livro, amigos e admiradores de José Russo escrevem artigos, expõem idéias, fazem críticas, apresentam sugestões, discorrem sobre variados temas, de Direito Privado e de Direito Público, ressalvada a relatividade dessa distinção. O leitor vai encontrar uma abordagem sobre o Direito de Família Contemporâneo, especialmente de pontos controvertidos, como guarda compartilhada, adoção, filiação, direito sucessório do cônjuge, psicanálise e inclusão social, contrato de convivência, direitos humanos de família. Além disso, há a lição de renomados mestres sobre modernos e instigantes temas jurídicos, especialmente de Direito Internacional Público.

Reflexões sobre os 60 anos da ONU

This book adopts the proposition that it is possible to the customs to be sources of contractual obligations. To support that premise, it was necessary to seek jurisprudential (arbitration and litigation) and comparative basis. Even more, due to contract law internationalization, customary international sources should be subject of domestic treatment, as they provide contractual obligations as well as they work as contractual interpretation tool. However, one can't neglect the need to control the customary content. In detailed terms, then, we can say that the role reserved for the custom as contractual law rules source has always been residual in Brazilian law. Accompanying the modern European experience, doctrine and Brazilian legislation emphasize the secondary, when not merely interpretive, role of the contractual custom. In turn, Brazilian case law wasn't able to give general treatment to contractual custom. Moreover, the process of reducing distances and cultural, social and economic approximation, usually called globalization, influenced the contracts through the incorporation of a number of solutions brought from the international trade practice. Although they might be justified by the age-old principle of freedom, somehow these international "uses" insinuate themselves into Brazil to the point of requiring that the Brazilian Courts themselves to give them treatment and shelter. On one side, if you deny the existence of a creative normative role in contractual custom by another, albeit indirect, is recognized not only their existence but the possibility of foreign origin. This paradoxical treatment reflects, to some extent, another consequence: the Brazilian contract law is in the process of internationalization. Here, then, a new confrontation is announced: a broad creative freedom (a tributary of the so-called Lex mercatoria) and the foreign act incorporation control (public policy). Unlike

before, however, no simplistic answer would be feasible, particularly because of the complexity of contemporary and regulatory Brazilian contract law.

Curso de direito internacional público

Estudo sobre a evolução histórica da legislação sobre a proteção ao trabalhador infante-juvenil na Inglaterra e França.

Mercosul, ALCA e integração euro-latino-americana

Direitos Humanos & Direito Internacional

O presente estudo pretende demonstrar que, simultaneamente à evolução dinâmica e singular dos processos do regionalismo e da globalização, voltados, com ênfase, ao âmbito econômico, e das conseqüências que por isso causam aos cidadãos, o conceito clássico de cidadania - a cidadania nacional - deve mundializar-se, transcender os âmbitos e os limites do estado e da nacionalidade, jus soli e jus sanguinis, alargando-se rumo a dimensão transnacional, projetando tanto um novo tipo de cidadania, a cidadania mundial, como um novo tipo de cidadão, o cidadão do mundo, o homem histórico e real e que vive dentro dessa contemporaneidade.

Globalization of contractual law

Curso de direito internacional contemporâneo e os novos direitos

As mudanças ocorridas na sociedade e, principalmente, na família impõem ao mundo jurídico uma mudança de atitude no reconhecimento do afeto como valor jurídico a nortear questões ligadas, em especial, à família e suas novas configurações. A adoção à brasileira como é conhecida a adoção realizada no Brasil de forma irregular, sem o preenchimento dos requisitos legais para a formalização da adoção, já foi uma adoção nula, criminoso e não geradora de efeitos jurídicos, entretanto, essa postura foi se modificando com o reconhecimento da chamada paternidade/maternidade socioafetiva. Os tribunais nacionais, demonstrando uma mudança de concepção acerca das intencionalidades e seu valor jurídico, têm entendido que a adoção à brasileira quando se apresenta com nítida característica de paternidade/maternidade socioafetiva, não é passível de nulidade, anulação ou revogação, concedendo ao filho adotado todos os direitos concedidos ao filho biológico. A autora busca demonstrar a mudança na atitude e configuração da família pós-moderna ligada pelo afeto e, principalmente, os requisitos e condições para a consideração do afeto como valor jurídico através do reconhecimento da validade legal da adoção à brasileira.

Adoção à brasileira

Curso de direito internacional privado

English summary: Joint wills are permitted by the German law of succession. These wills do however cause serious problems in German private international law, since the law applicable to wills is the law of the testator's nationality. Portuguese-speaking legal systems prohibit joint wills, but tolerate them partially in case of a conflict of laws. In this work, Carl Friedrich Nordmeier analyzes the validity and the binding force of such wills made by two testators of the same foreign nationality and two of mixed nationalities. He bases this on an examination of the legal systems of all the Lusophonic countries. The results permit conclusions for German private international law and serve as a basis for the author's draft of a conflict of law rule in the context of the forthcoming European harmonization of private international law pertaining to successions and wills. German description: Gemeinschaftliche Testamente bereiten im deutschen IPR erhebliche Qualifikationsprobleme. Haben Testatoren eines gemeinschaftlichen Testaments dieselbe ausländische Staatsangehörigkeit, beruft das deutsche IPR für Zulässigkeit und Bindungswirkung das entsprechende ausländische Recht. Nimmt dieses die Verweisung an, verbietet aber sachrechtlich gemeinschaftliche Testamente, ist die Qualifikation des Verbotes entscheidend. Weitere Probleme ergeben sich in gemischtnationalen Fällen, da die letztwilligen Verfügungen den deutschen Testator binden, während der ausländische Testator ungebunden bleibt. Carl Friedrich Nordmeier untersucht alle relevanten Rechtsnormen aus dem portugiesischsprachigen Raum vor dem Hintergrund dieser Problemstellung. Er zeigt dabei auf, dass im portugiesischen Recht eine eigene Kollisionsnorm für gemeinschaftliche Testamente existiert, die in Brasilien unbekannt ist, aber in den übrigen lusophonen Rechtsordnungen weiter gilt - mit Ausnahme von Macau und Goa. Denn letztere werfen als Teilrechtsordnungen Sonderprobleme auf. Der Autor legt dar, dass sich in gemischtnationalen Fällen durch selbständige Anknüpfung der Nichtigkeit in 2270 Abs. 1 BGB sachgerechte Ergebnisse erzielen lassen und dass die Nichtigkeit nach ausländischem Recht als local data Berücksichtigung finden kann. Die Ergebnisse seiner Untersuchung ermöglichen den konkreten Vorschlag einer besonderen, universell anwendbaren Kollisionsnorm für gemeinschaftliche Testamente, die angesichts der bevorstehenden Europaisierung des Internationalen Erbrechts erforderlich scheint.

Multiculturalidade e cidadania

Almanaque de oficiais

Revista de informação legislativa

Derecho y seguridad internacional

Proceso

Sumário - Capítulo 1 - Direito da integração e direito comunitário; Capítulo II - Mercosul; Capítulo III - União Europeia; Capítulo IV - Quadro comparativo - Mercosul e União Europeia; Capítulo V - Principais blocos regionais e informações relevantes; Capítulo VI - Questões de concursos comentadas.

[ROMANCE](#) [ACTION & ADVENTURE](#) [MYSTERY & THRILLER](#) [BIOGRAPHIES & HISTORY](#) [CHILDREN'S](#) [YOUNG ADULT](#) [FANTASY](#) [HISTORICAL FICTION](#) [HORROR](#) [LITERARY FICTION](#) [NON-FICTION](#) [SCIENCE FICTION](#)